

Pesquisa com crianças: possibilidades e desafios de participação

Laura Simone Marim Puerta
Marta Regina Brostolin

Resumo: Com base no construto teórico da Sociologia da Infância, este texto emerge com reflexões a respeito dos estudos da criança, enfocando a crescente participação das crianças nas investigações científicas, uma vez que a participação ativa delas como protagonistas constitui-se uma tendência contemporânea que envolve novas possibilidades teórico-metodológicas e muitos desafios. Nesta perspectiva, considerando a pesquisa de abordagem qualitativa, do ponto de vista metodológico a investigação de cunho etnográfico mostra-se uma possibilidade extremamente válida no que se refere à pesquisa com crianças, permitindo que as crianças assumam o lugar de sujeitos nas investigações, sendo consideradas como atores sociais, produtores de sentido e participativos das atividades sociais nas quais estão envolvidas captando o entorno social e os contextos culturais.

Palavras-chave: Sociologia da infância. Pesquisa com crianças. Pesquisa etnográfica.

Research with children: possibilities and challenges of participation

Abstract: Based on the theoretical construct of Sociology of Childhood, this text emerges with reflections on the child's studies, focusing on the growing participation of children in scientific research, since their active participation as protagonists constitutes a contemporary trend that involves new theoretical and methodological possibilities and many challenges. In this perspective, considering the research of a qualitative approach, from a methodological point of view ethnographic research shows an extremely valid possibility with regard to research with children allowing children to take the place of subjects in the investigations, being considered as social actors, producers of meaning and participatory social activities in which they are involved capturing the social environment and cultural contexts.

Keywords: Sociology of childhood. Research with children. Research ethnographic.

Algumas palavras iniciais

Dimensionar as crianças em suas multiplicidades de ser exige grande esforço, que se atrela ao entendimento da complexidade de suas infâncias. Abordar esses conceitos de forma delimitada, apenas por um campo epistemológico e disciplinar, possivelmente não contemple toda a gama de conhecimentos que envolvem seus sujeitos, bem como a categoria da qual fazem parte, comprometendo e limitando a compreensão de forma holística dessas questões.

Partindo dessa premissa, Belloni (2009, p. 114) afirma que “a infância contemporânea só pode ser compreendida em toda sua complexidade com base em abordagens interdisciplinares”. Por esta razão, entende-se que não apenas um campo de estudo, mas diversos campos disciplinares estão gerando um olhar renovado sobre crianças e infâncias. Trata-se de uma tendência considerada recente, cuja perspectiva é de que as crianças e suas infâncias constituam objetos e sujeitos próprios da pesquisa. Com vistas a essa perspectiva, o texto ancorado nas contribuições da Sociologia da Infância se propõe a refletir sobre as possibilidades de participação da criança e os desafios presentes na pesquisa, pois “captar o ponto de vista das crianças é algo relativamente recente” (CRUZ, 2008, p. 12). Sendo um campo emergente, esperamos contribuir para o debate no campo investigativo do cenário infantil.

A sociologia da infância e os estudos da criança: contribuições e diferentes significações

Segundo Belloni (2009, p. 121):

[...] a visão predominante sobre a infância nas ciências humanas enfatizava principalmente a criança como ser em formação, incompleto, o futuro homem presente no homenzinho e suas capacidades de tornar-se adulto, numa perspectiva evolucionista fortemente inspirada na teoria de Darwin. Na virada do século XIX para o século XX, observa-se uma mudança da visão pediátrica com influências eugenísticas e/ou evolucionistas para uma perspectiva mais psicológica de “desenvolvimento (intelectual) da criança” [...]. A partir daí, vemos uma crescente importância da psicologia do desenvolvimento e uma generalização da ideia de desenvolvimento, que vai tornar-se preponderante e quase monopólica no campo das ciências humanas e das práticas sociais voltadas para a infância.

Ao longo dos tempos houve mudanças na concepção de infância. A modernidade instituiu uma infância separada dos adultos que se caracteriza pela definição daquilo que ela não tem, ou seja, que precisa ser socializada dentro dos valores, normas, regras, comportamentos que lhe

permitam exercer suas funções enquanto adultos de forma integrada. A infância da modernidade foi pensada como uma geração do devir, em transformação, no sentido de futuro.

Frente a esse contexto, Coutinho (2015) afirma que a crítica em relação à normatização da criança e da infância, presente no campo científico, fez com que, em 1980, emergisse uma nova área de estudos. Embora, em diferentes abordagens, as crianças nunca estiveram ausentes do pensamento sociológico, do mesmo modo como o lugar da infância, mas o que ocorreu, segundo Corsaro (2011), é que as crianças foram marginalizadas por este campo das ciências sociais. Isso, segundo o autor, se deve ao fato de que, em cada período histórico, mudanças sociais e culturais acarretam influências na lógica de compreensão, bem como nas produções relacionadas às crianças e às infâncias. Desta forma, a crescente ampliação dos estudos, especificamente, sobre a infância, no campo das ciências humanas, deu margem para a consolidação de uma nova vertente da Sociologia da Educação, ou seja, a Sociologia da Infância.

Para Sarmento (2009), a expressão Sociologia da Infância é empregada desde os anos 30. Contudo, esse autor salienta que “a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90” (p. 18).

Dessa forma, essa renovação dos estudos sociológicos em relação à infância tem contribuído para que essa área seja considerada uma nova Sociologia da Infância, conforme apontado por Martins Filho (2010, p. 5) “[...] a Sociologia da Infância é um campo recente que estuda a infância em si mesma, isto é, como uma categoria sociológica do tipo geracional. Para a Sociologia da Infância as crianças são atores sociais ativos”.

Assim, trata-se de uma área emergente em que este novo subcampo, conforme refere Belloni (2009) à Sociologia da Infância, está no centro das discussões em Educação e vem se constituindo a partir da crítica ao conceito de socialização. A redefinição do lugar social das crianças e da transformação da ideia de infância gerou um novo olhar sobre as infâncias e a produção científica de abordagem sobre a criança e a infância cresceu de modo significativo nos últimos anos, um crescimento que se expressa em números de títulos como também na constituição de grupos de pesquisas, nacionais e estrangeiros, e na ampliação de comunidades de pesquisadores da área, conforme afirma Gouvea (2009, p. 97):

[...] o aumento da produção fez-se acompanhar, nas investigações mais recentes, por um refinamento terminológico, em que se busca precisar os conceitos que definem o campo. Assim é que termos como infância e criança, muitas vezes tomados indistintamente, vêm sendo melhor diferenciados.

Essa distinção em relação ao duplo objeto de estudo da Sociologia da Infância ocorreu devido ao uso indiscriminado dos termos infância e criança, como se tratassem de categorias equivalentes. Por esta razão, a Sociologia da Infância faz uma distinção semântica e conceitual em relação a esses termos, de modo que a infância corresponde a uma categoria social do tipo geracional, ou seja, representa uma geração própria de sujeitos com estatuto próprio, e a criança é ator social, concreto e real que integra essa categoria geracional.

Para Corsaro (2011), a Sociologia redescobre a infância e se refere às crianças como produtoras de suas próprias culturas e processos de socialização, contribuindo para a produção do mundo adulto. Portanto, a partir da nova configuração infantil as crianças são vistas como autoras e protagonistas na construção e determinação de suas vidas. Nesse sentido,

[...] a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre a infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada (SARMENTO, 2005, p. 363).

Assim, importa salientar, que as crianças da contemporaneidade são consideradas “como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria do tipo geracional, socialmente construída” (SARMENTO, 2009, p. 22).

Coutinho (2015, p. 184) ainda acrescenta que “[...] o campo dos estudos sociais da infância tem como características a centralidade da criança na pesquisa, a interdisciplinaridade (também definida como multi e transdisciplinaridade); a geração e a alteridade da infância como categorias fulcrais”.

Além disso, este campo emergente de estudos a respeito da infância permitiu outras interpretações sobre as relações sociais que crianças, seus pares e adultos estabelecem, bem como alteraram a compreensão dos processos de apropriação, pelas crianças, dos mundos sociais em que vivem (MÜLLER; NASCIMENTO, 2014, p.11).

Nesse sentido, Arroyo (2009, p. 119-120) afirma:

[...] as ciências se aproximam da infância com suas verdades prévias ou a veem através de suas verdades sociológicas, históricas. Verdades prévias que condicionam seu olhar e as ideias de infância que nos transmitem. Por seu lado, as ciências do humano também são interrogadas pelo protagonismo social da infância, revendo suas verdades e trazendo outras interpretações.

A contribuição das ciências para o estudo da criança é inquestionável, entretanto, na contemporaneidade, esse olhar unilateral e disciplinar não dá conta da complexidade que envolve o ser criança, portanto, a criança, que por muito tempo foi considerada um ser incompleto, incapaz pela sociedade adultocêntrica, passa a ser considerada e respeitada por diversas áreas do campo científico dispostas a compreenderem a infância com base nas próprias crianças, no que elas têm a dizer, a fazer e a sentir por meio de suas diversas linguagens e expressões.

Gouvêa (2011, p. 550) contribui, nesse sentido, ao expor que no decorrer dos últimos anos, “vem se afirmando uma perspectiva diferenciada de compreensão da infância. Essa perspectiva não fica mais restrita aos domínios da psicologia, mas é definida por um recorte multidisciplinar”. No Brasil, como indicam Müller e Nascimento, já na década de 1970, Fúlvia Rosenberg evidenciava a necessidade de se estabelecerem “estudos interdisciplinares sobre a infância” (1976 apud MÜLLER; NASCIMENTO, 2014, p. 12).

Portanto, esse diálogo entre as diversas ciências, bem como as interrogações que trazem a respeito das crianças e suas infâncias são marcos importantes em relação à compreensão das crianças como atores sociais, estabelecendo a composição de um campo específico de estudos. Nessa perspectiva, Gomes (2009) sugere a ocorrência de algumas convergências e integração de perspectivas de diversas disciplinas para orientações dos estudos. Arroyo (2009, p. 120), complementa expressando que todas essas “pesquisas e reflexões teóricas têm trazido outras verdades e outras imagens da infância”.

Nessa direção, os Estudos da Infância proporcionam diversas e diferentes formas de significação para as crianças e as infâncias, que não se limitam a simples conceitos, mas as consideram para além deles.

Gouvêa (2011, p. 550-551) salienta que:

[...] o alargamento dos referenciais disciplinares de estudo da infância determinou a produção de um novo arcabouço teórico conceitual. Verifica-se a conformação de uma história da infância, de uma antropologia da infância, de uma filosofia da infância e, principalmente, de uma sociologia da infância, com a frutífera construção de novos conceitos que superam uma análise evolutiva. Tais campos, ao mesmo tempo em que se ancoram nos referenciais epistêmicos das distintas disciplinas, vem estabelecendo interseções e transversalidades, buscando apreender a infância como fenômeno social Infância.

Dessa maneira, estudar a infância numa perspectiva interdisciplinar permite que áreas distintas do conhecimento se complementem entre si e apreendam mais a respeito das infâncias e seus atores sociais. Nessa perspectiva, Arroyo (2009, p. 124) afirma que “os estudos da infância enfatizam a construção social dessa categoria geracional em alteridade com outras categorias”.

Dornelles e Fernandes (2015, p. 66) apresentam a seguinte reflexão sobre esses estudos e o diálogo com os diversos campos disciplinares:

[...] a interlocução que a sociologia da infância tem vindo a mobilizar com outras áreas de estudo, abrindo caminho para se poder falar em estudos da criança, em relações interdisciplinares que mobilizam um conjunto de áreas de estudo, no campo das ciências sociais (a pedagogia, a antropologia, a economia, a história e sociologia) e humanas (literatura, a religião, a filosofia e as artes plásticas), mas também das ciências do comportamento (sobretudo a psicologia) e das ciências exatas tem sido fundamental, para compreender a infância vivida pelas crianças a partir delas mesmas, como única condição para poder dar conta das complexidades de que revestem os seus mundos de vida na contemporaneidade.

Reconhecer e compreender a criança como ator social em seus modos e mundos de vida na contemporaneidade possibilita um novo olhar e realce a forma de entendimento da criança e sua posição nas ciências sociais, considerando-a como participante, com voz e ação integrada no processo de investigação que participa em parceria com os adultos.

Este se revela um novo paradigma para pensarmos a emergência da participação infantil como uma questão social, política e científica. Na contemporaneidade, pensar a criança, a infância, leva a pensar num grupo social com um conjunto de direitos reconhecidos legalmente, entretanto, pouco efetivados na vida cotidiana, portanto, todo empenho para assegurar a participação é fundamental já que a participação infantil é um instrumento de luta contra a exclusão.

A pesquisa com crianças: participação e vozes presentes

Embora estudos sobre crianças não sejam recentes, em pesquisa científica, há uma tendência contemporânea que busca capturar o ponto de vista da criança, contrapondo a visão de que “a criança faz parte da pesquisa científica há muito tempo, principalmente na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado”, provavelmente pelo fato de, que durante séculos, a criança ter sido vista como um infante e, por isso, predominavam as vozes dos adultos (CAMPOS, 2008, p. 35).

Essa concepção de criança foi se modificando em decorrência do crescimento do número de estudos que ganharam amplitude no cenário educacional, à medida que se reconhecia a significativa importância de considerar este ser social, único e dotado de inúmeras capacidades e potencialidades a serem contempladas e desenvolvidas. Desta forma, o modo como às crianças foram concebidas e tratadas pela sociedade, no decorrer do tempo, passou por mudanças que tiveram reflexo, também, na forma como eram retratadas nas pesquisas científicas.

A partir dos avanços dos Estudos da Criança, das contribuições da Sociologia da Infância e da ressignificação das representações de criança e infância, uma perspectiva contemporânea emerge considerando as crianças como atores sociais e protagonistas das investigações, de forma que as pesquisas passam a ser realizadas para e com a participação direta das crianças, com destaque para a escuta de suas vozes.

No universo das crianças é possível escutar múltiplas vozes presentes nas mais diversas linguagens infantis. Para tanto, conforme sugere Ferreira e Silva (2015, p. 156), deve-se captar a singularidade “das diversas expressões e manifestações humanas”, de modo que o escutar estabeleça relação com as abundantes linguagens e formas de expressão das crianças e, dessa forma, estar disponível para a escuta dos gestos, bem como dos movimentos, das expressões faciais, das caretas, do choro e do riso que compõem as múltiplas linguagens expressivas das crianças (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008).

A ênfase na escuta é decorrente do reconhecimento das crianças como agentes sociais, competentes para a ação, para a comunicação e troca cultural, portanto, é necessário examinar a infância, considerando-a como condição da criança produtora da história e com as suas representações dessa infância (KUHLMANN, 2010).

Com relação às crianças pequenas, Campos (2008, p. 38) afirma que “o pesquisador deve usar recursos, para a expressão das crianças, que sejam adequados à sua faixa etária e sensíveis a seu ambiente cultural”. Para tanto, faz-se necessário ouvir as crianças em suas múltiplas linguagens e participar com elas de todas as situações que as envolvem, com metodologias que considerem as diversas manifestações infantis.

A esse respeito, Campos (2008) descreve algumas formas de atuação das crianças nas pesquisas, como por exemplo, participando do planejamento e organização do estudo, da análise e validação das informações obtidas, como também como assistentes e auxiliares da pesquisa. Nessa perspectiva, pesquisar o protagonismo das crianças é uma oportunidade de captar suas

vozes e entender as especificidades que as constituem indivíduos com particularidades e singularidades próprias e em potencial.

Nesse contexto, considerando a pesquisa de abordagem qualitativa, do ponto de vista metodológico a investigação de cunho etnográfico mostra-se um recurso muito válido no que se refere à pesquisa com crianças utilizando a observação participante, como instrumento para produção de dados, tendo, como técnicas de geração dessas informações, as imagens produzidas a partir de fotografias e filmagens, além do diário de campo.

No que se refere à etnografia com crianças, Corsaro (2011, p. 63) ressalta que é “[...] um método eficaz para estudar crianças porque muitos recursos de suas interações e culturas são produzidos e compartilhados no presente e não podem ser obtidos facilmente por meio de entrevistas reflexivas ou questionários”.

Por essa razão os encaminhamentos metodológicos mais coerentes com uma proposta de investigação que possibilitam a participação e a presença das vozes das crianças segundo André (2005, p. 26), é “a observação chamada participante porque se admite que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado”. A esse respeito, Vianna (2007) afirma que o observador torna-se parte dos eventos que estão sendo pesquisados, a fim de gerar verdades práticas e teóricas da cultura humana com base nas realidades da vida diária. O autor apresenta algumas vantagens desse tipo de observação, tais como:

[...] possibilita a entrada a determinados acontecimentos que seriam privativos e aos quais um observador estranho não teria acesso aos mesmos; permite a observação não apenas de comportamentos, mas também de atitudes, opiniões, sentimentos, além de superar a problemática do efeito do observador (VIANNA, 2007, p. 50).

Complementando, sobre a investigação com crianças, Graue e Walsh (2003, p. 120) definem que essa ação,

[...] é, e deve ser um processo criativo, e a geração de dados sobre crianças desafia-nos a ser especialmente criativos. Ao fazer trabalho de campo com crianças, têm de se encontrar permanentemente maneiras novas e diferentes de ouvir e observar as crianças e de recolher traços físicos das suas vidas.

Corroborando essa ideia, Souza e Castro (2008, p. 53) contribuem observando que “em vez de pesquisar a criança, com o intuito de melhor conhecê-la, o objetivo passa a ser pesquisar

com a criança as experiências sociais e culturais que ela compartilha com as outras pessoas de seu ambiente”.

Nesse sentido ainda, Delgado e Müller (2005, p. 168) descrevem que “a etnografia visa apreender a vida, tal como ela é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais”. Para Sarmiento (2011), a etnografia impõe uma orientação do olhar investigativo para os símbolos, as interpretações, as crenças e valores que integram a vertente sociocultural das dinâmicas da ação que ocorrem nos contextos educativos. Portanto, para o autor, o que distingue a etnografia de outros tipos investigativos não é o método, mas o enfoque, ou seja, a orientação.

Assim, em busca de clarificar a questão, com base em Linda Smith (1982 apud SARMENTO, 2011, p. 16-17), que sintetiza os elementos metodológicos de uma investigação de orientação etnográfica:

a) a permanência prolongada do pesquisador no contexto estudado de modo que o mesmo possa recolher os dados seja por meio da observação participante e ou entrevistas com os sujeitos envolvidos na investigação; b) o interesse por todos os acontecimentos importantes bem como os fatos e pormenores do cotidiano do contexto pesquisado; c) o interesse dirigido para as atitudes e comportamentos dos atores sociais, bem como para as interpretações que fazem desses comportamentos e para os processos e conteúdos de simbolização do real; d) o esforço por produzir um relato real dos aspectos significativos da vida dos contextos estudados; e) o esforço por ir progressivamente estruturando o conhecimento obtido, de tal modo que o processo interpretativo resulte da construção dialógica e continuamente compreensiva das interpretações e ações dos sujeitos dos contextos estudados; f) uma apresentação final que seja capaz de casar criativamente a narração/descrição dos contextos com o aporte teórico.

Para Sarmiento (2011), esses elementos metodológicos fazem todo o seu sentido na perspectiva epistemológica já que a etnografia visa apreender a vida tal qual ela é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação. Para o autor “a vida é, por definição, plural nas suas manifestações, imprevisível no seu desenvolvimento, expressa não apenas nas palavras, mas também nas linguagens dos gestos e das formas, ambígua nos seus significados e múltipla nas direções e sentidos por que se desdobra e percorre” (SARMENTO, 2011, p. 17).

Tão importante quanto o que foi discutido até aqui cabe lembrar são as questões éticas, uma vez que, em pesquisa, há necessidade de se respeitarem esses princípios. É por isso que a pesquisa deve obter sempre a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP¹. A partir da

¹ A Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS), criada pela Resolução 196/96, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de investigações envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Tem função consultiva, deliberativa, Quaestio, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 693-705, dez. 2018

aprovação e observação dos princípios éticos, os direitos de proteção das crianças são salvaguardados pela obtenção do consentimento informado, junto aos adultos responsáveis, visando à privacidade, anonimato e confidencialidade de todos os envolvidos.

Ferreira (2010, p. 163), com relação à questão do assentimento, compreende “[...] a aceitação por menores que não têm idade legal para o direito de consentimento; aceitação por crianças que entendem algumas, mas não todas as questões centrais requeridas pelo consentimento; aceitação pode significar pelo menos não recusar”.

Para a autora (FERREIRA, 2010, p. 177), a noção de assentimento deve ser “entendida como processos em curso para obter a permissão das crianças a fim da sua observabilidade ser aceita por elas”.

Ferreira (2010) observa também que a obtenção do assentimento por parte das crianças dependerá da relação de confiança estabelecida com o investigador e que a aceitação da sua presença, além de ser permanentemente ativada e renegociada, ao longo da pesquisa, terá de ser refletida criticamente em função da receptividade e reciprocidade e/ou rejeições que desencadeie.

Nesse sentido, Ferreira (2010, p. 178) complementa: “ao mesmo tempo, importa desenvolver e acionar uma sensibilidade ética capaz de interpretar as decisões das crianças de modo diferenciado e socialmente contextualizado”. Reforçando o que já foi exposto, as considerações de Buss-Simão (2014, p. 54) são pertinentes, quando destaca que “no âmbito da pesquisa com crianças, as questões éticas não se limitam a negociar o acesso e permissão, mas constituem uma parte importante do processo, em todo o percurso da investigação”. Em relação à simetria ética, esse autor ressalta que,

[...] o pesquisador deve trabalhar de modo reflexivo e cuidadoso, tendo como ponto de partida a premissa de que os direitos éticos para as crianças são iguais aos dos adultos. Além disso, deve considerar suas ações, responsabilidades, utilização de métodos adequados e formas de comunicação em todo o processo de investigação (BUSS-SIMÃO, 2014, p. 54).

O cuidado e atenção às questões éticas devem permear toda a investigação, principalmente por se tratar de crianças, nesse sentido, o respeito à privacidade, seu consentimento ou recusa em participar da pesquisa, a liberdade de expressão das mesmas, a

normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as investigações se realizam.

autonomia para emitir opiniões sem sofrer influências de outros, o respeito entre todos os participantes são pontos fundamentais para o bom desenvolvimento da investigação.

Algumas considerações

A presença das crianças nas pesquisas não é algo recente, tendo em vista que esse interesse científico foi consolidado no final do século XIX, tomando a criança como objeto de estudo, sobretudo das áreas como a Medicina e a Psicologia (ROCHA, 2008). Conforme exposto anteriormente, vimos que, no decorrer do tempo, a concepção de criança e infância foram se modificando, em decorrência do crescimento do número de estudos referentes, e ganharam amplitude no cenário educacional, à medida que se reconhecia a significativa importância de considerar este ser social, único e dotado de inúmeras capacidades e potencialidades a serem contempladas e desenvolvidas e a infância como uma categoria geracional socio-historicamente construída.

Também o estudo da criança e sua infância sob o viés da Sociologia não é recente. Todavia, os olhares para as crianças e as infâncias é que foram redirecionados, dando origem a novas formas de conceituá-las que superam uma análise apenas evolutiva. Dessa forma, as crianças passaram a ser estudadas a partir de sua própria voz, ocupando um tempo e um espaço presente, sendo vistas numa perspectiva histórico-social-cultural, como crianças reais, que são, de fato.

Desse modo, as crianças adquirem o lugar de sujeitos nas investigações, sendo consideradas como atores sociais, produtores de sentido e participativos das atividades sociais nas quais estão envolvidas (GOMES, 2009).

Nesse prisma, o modo de contemplar o ponto de vista das crianças nas pesquisas é relativamente contemporâneo, posto que nas pesquisas científicas eram predominantes as vozes dos adultos. Portanto, as pesquisas eram realizadas sobre, e não com as crianças, isso porque “as crianças estão acostumadas a não serem ouvidas ou a serem admiradas sem nunca serem levadas a sério” (TONUCCI, 2005, p. 19).

Nesse contexto, uma metodologia de cunho etnográfico é uma possibilidade extremamente válida quando se trata de permitir a participação e a presença nas investigações, uma vez que é um recurso que permite “captar o entorno social e as experiências das crianças

como agentes e como receptores de outras instâncias sociais, portanto, no contexto das relações com outros agentes” (ROCHA, 2008, p. 48). Por tudo isto, valer-se e se apropriar dessas ideias é uma forma de permitir que os estudos referentes às crianças partam de suas próprias realidades e de suas infâncias diversas observando-se os princípios éticos em respeito aos direitos da criança.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- ARROYO, M. G. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 119-140
- BELLONI, M. L. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BUSS-SIMÃO, M. Pesquisa etnográfica com crianças pequenas: reflexões sobre o papel do pesquisador. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 37-59, jan./abr. 2014.
- CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-42.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artemed, 2011.
- COUTINHO, A. S. Pesquisa interpretativa com crianças bem pequenas. In: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (Org.). **Pesquisa com crianças e formação de professores**. Curitiba: PUCPRess, 2015. p. 183-202.
- CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.
- DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2015.
- FERREIRA, M. “-Ela é nossa prisioneira!”- Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 151-182, jul./dez. 2010.
- FERREIRA, V. S.; SILVA, S. C. V. da. Pesquisa com crianças e a prática docente. In: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (Org.). **Pesquisa com crianças e formação de professores**. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 141-180.
- GOMES, A. M. R. Outras crianças, outras infâncias? In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 82-96.
- GOUVÊA, M. C. S. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 97-118.
- GOUVÊA, M. C. S. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 547-567, maio/ago. 2011.

GRAUE, M. E.; WALSH, D. J. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KUHLMANN, J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARTINS FILHO, A. J. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPED. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década, 33., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2010. [CD-ROM]

MÜLLER, F.; NASCIMENTO, M. L. B. P. Estudos da infância: outra abordagem para a pesquisa em educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 11-22, jan./abr. 2014.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 16-39.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SILVA, J. P. da; BARBOSA, S. N. F.; KRAMER, S. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, S. J. E.; CASTRO, L. R. de. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 52-78.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem: agora chega!** Porto Alegre: Artmed, 2005.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2007.

Laura Simone Marim Puerta
Secretaria Municipal de Educação -SEMED | Técnica da
Secretaria Municipal de Educação
Campo Grande | MS | Brasil. Contato:
lauramarim293@hotmail.com
ORCID 0000-0002-1293-3903

Marta Regina Brostolin
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB | Programa de Pós-
Graduação em Educação
Campo Grande | MS | Brasil. Contato: brosto@ucdb.br
ORCID 0000-0003-4262-2222

Artigo recebido em: 16 abr. 2018 e
aprovado em: 17 out. 2018.